

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
Protocolo nº:	002359/2008
Divisão:	PR
Mat.:	

FUNDAÇÃO ESTADUAL
82
FL. Nº
MEIO AMBIENTE

PROCESSO nº 1942/2003/001/2003

INTERESSADO: FERVAL PEDRAS DECORATIVAS LTDA.

REFERÊNCIA: Pedido de Reconsideração referente ao auto de infração de nº 057/2003

PARECER JURÍDICO

1 – A recorrente em epígrafe foi advertida pela FEAM, por operar uma unidade de beneficiamento de rochas ornamentais sem a Licença de Operação e não a tender à convocação ao licenciamento, sob pena de conversão em 2 (duas) multas, devendo a recorrente formalizar seu processo de licenciamento ambiental no prazo de 90 (noventa) dias, nos valores respectivos de R\$ 3.193,36 e R\$ 403,41.

2 – A recorrente foi devidamente notificada da decisão de aplicação das penalidades através do OF/COPAM/FEAM/DICOF nº 220 e não apresentou seu Pedido de Reconsideração sendo assim, foi notificada da conversão das penalidades de advertência em multas através do OF/COPAM/DMFA/FEAM/SISEMA nº 1.471.

No entanto, o Pedido de Reconsideração foi protocolizado fora do prazo legal, em desacordo com os artigos 29 e 32, Parágrafo único, do Decreto 39.424/98, de modo que não merece ser conhecido.

“Art. 29 – A imposição das penalidades de que tratam os artigos 27 e 28 deste Regulamento será notificada, por escrito, ao infrator, através de carta registrada, com Aviso de Recebimento (AR)”.

Art.32.....

Parágrafo único – O pedido de reconsideração de verá ser p rotocolado, em qualquer caso, no órgão seccional de apoio responsável pela autuação, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento, pelo infrator, da notificação de que trata o artigo 29.”

Na contagem de prazos, adota-se a regra do *dies a quo* (exclui-se o dia do início, inclui-se o dia do vencimento) prevista no Código de Processo Civil. Tendo em vista que o ofício foi recebido em **21-11-2007**, o prazo para apresentação do Pedido de Reconsideração encerrou-se no dia **11-12-2007**; portanto, o mesmo é intempestivo, haja vista que o seu protocolo na FEAM ocorreu somente em **13-12-2007**.

Alu



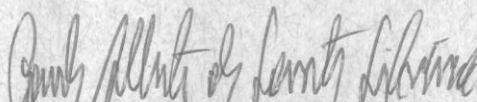
feam


2

FACE AO EXPOSTO e considerando a *intempestividade do pedido de reconsideração*, somos pelo **não conhecimento do mesmo**, conforme orientação da Advocacia Geral do Estado e conseqüentemente a manutenção das penalidades de multas, pelo **PRESIDENTE DA FEAM**.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 03 de janeiro de 2008.


Carlos Alberto dos Santos Silveira
OAB/MG 49.746


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador-Chefe da FEAM

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
Protocolo nº: 342934/2010	FUNDAÇÃO ESTADUAL
Divisão: PRO 2515/2010	95
Mat. _____	FL. Nº
Visto _____	MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

AUTUADO: FERVAL PEDRAS DECORATIVAS LTDA.	CONVERSÃO DE ADVERTÊNCIA EM MULTA.
PROCESSO Nº: 1942/2003/001/2003	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 57/2003	
TIPO DE INFRAÇÃO: 1 leve e 1 grave	
PORTE: pequeno	

I - RELATÓRIO

O empreendimento Ferval Pedras Decorativas Ltda. foi autuado em 4.2.2003 pela prática da infração leve prevista no art. 19, §1º, item 2 e da infração grave prevista no art. 19, §2º, item 1 do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, *in verbis*:

Art. 19.

§ 1º - São consideradas infrações leves:

2. deixar de atender à convocação para licenciamento, Revalidação ou Procedimento Corretivo formulado pelo COPAM, Câmaras Especializadas ou Órgãos Seccionais de Apoio.

(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

Em razão da autuação a FEAM decidiu:

- **quanto à infração leve do art. 19, §1º, 2:** aplicar, em 8.3.2004, uma penalidade de advertência, para o autuado formalizar processo de licenciamento ambiental no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa no valor de R\$ 403,41;

- **quanto à infração grave do art. 19, §2º, 1:** aplicar, em 27.3.2004, uma penalidade de advertência, para o autuado formalizar processo de licenciamento ambiental no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa no valor de R\$ 3.193,36;

O autuado, regularmente notificado, não apresentou Pedido de Reconsideração.

Posteriormente o empreendimento autuado foi notificado da conversão das penalidades de advertência em multas no valor de R\$ 403,41 e R\$ 3.193,36, e apresentou Pedido de Reconsideração intempestivo.

A FEAM, em decisão de 8.1.2008, não conheceu o Pedido de Reconsideração apresentado pelo autuado e manteve as multas aplicadas em razão da conversão das penalidades de advertência.

O autuado, regularmente notificado, não apresentou recurso e não efetuou o pagamento das multas.

Rodovia MG-010, s/nº - B. Serra Verde - Edifício Minas - Belo Horizonte/MG - CEP 31630-900
Endereço eletrônico: www.meioambiente.mg.gov.br

O processo foi encaminhado à Advocacia Geral do Estado - AGE para inscrição em dívida ativa. Contudo, o processo foi devolvido pela AGE diante da ausência de decisão da conversão da advertência em multa, conforme orientação de fls. 93/94.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por constatar que o empreendimento “opera uma unidade de beneficiamento de rochas ornamentais sem a Licença de Operação do COPAM e não atendeu à convocação ao licenciamento feita no momento da vistoria. Não foi constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.”

Após ser advertido para formalizar processo de licenciamento ambiental no prazo de 90 dias, sob pena de conversão das advertências em multas nos valores de R\$ 403,41 e R\$ 3.193,36, o autuado manteve-se silente, visto que não apresentou Pedido de Reconsideração e nem comprovou a regularização de sua situação ambiental no prazo determinado.

O autuado foi, então, notificado da conversão, tendo apresentado Pedido de Reconsideração intempestivo, o qual não foi conhecido pela FEAM. Porém, não houve decisão convertendo a penalidade de advertência em multa, o que merece reparo.


Em consulta ao SIAM, nesta data, constatou-se que o autuado não providenciou a regularização ambiental do empreendimento.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, retifica-se o parecer de fls. 82/83 para recomendar ao Vice-Presidente da FEAM:

- 1) A anulação da decisão de fl. 84;
- 2) QUANTO À INFRAÇÃO LEVE DO ART. 19, §1º, 2: a **conversão da advertência em multa, no valor de R\$ 251,00**, nos termos do art. 3º, § 3º, da DN COPAM 61/2002 e dos artigos 83 e 96 do Decreto 44.844/2008;
- 3) QUANTO À INFRAÇÃO GRAVE DO ART. 19, §2º, 1: a **conversão da advertência em multa, no valor de R\$ 2.501,00**, nos termos do art. 3º, § 3º, da DN COPAM 61/2002 e dos artigos 83 e 96 do Decreto 44.844/2008;

É o parecer, s.m.j.
Belo Horizonte, 19 de maio de 2010.

Autora: Carulina de Freitas Chagas Consultora Jurídica OAB/MG 117.151	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 